



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 22ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 7 - ERRATA



## ATAS

### ATA DA 22ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/8/2011

#### Presidência do Deputado Gustavo Perrella

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Vanderlei Miranda - Entrega de placa - Palavras do Senador Zezé Perrella - Apresentação musical - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:  
Dilzon Melo - Gustavo Perrella - Vanderlei Miranda.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gustavo Perrella) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Vanderlei Miranda, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Cruzeiro Esporte Clube pelos 90 anos de sua fundação.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Senador Zezé Perrella, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Pier Senesi Filho, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; Hermínio Francisco Lemos, Presidente do Conselho Deliberativo do Cruzeiro Esporte Clube; Gilvan de Pinho Tavares, Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Biagio Peluso, Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; e Deputados Dilzon Melo, 1º-Secretário desta Casa, e Vanderlei Miranda, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

#### Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença dos Exmos. Srs. Eduardo Carvalho, representante do Secretário Municipal de Esportes de Belo Horizonte; Marco Túlio Martins, Superintendente da Escola de Esportes do Cruzeiro Esporte Clube; Alvimar de Oliveira Costa, ex-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Braz Pagani, Presidente Executivo da Agência de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais - ADMG -; Getúlio Gontijo, Assessor Parlamentar do IEF; de ex-jogadores do Cruzeiro Esporte Clube, torcedores, conselheiros e funcionários do Clube.

## Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Banda Godoys.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### Palavras do Deputado Vanderlei Miranda

Exmos. Srs. Deputado Gustavo Perrella, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa; Senador Zezé Perrella, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube, também ex-Deputado desta Casa; Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Pier Senesi Filho, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; Hermínio Francisco Lemos, Presidente do Conselho Deliberativo do Cruzeiro; Gilvan de Pinho Tavares, Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Biagio Peluso, Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; senhoras e senhores que prestigiam esta justa homenagem; aqueles que nos acompanham em suas casas, através da TV Assembleia; servidores, assessores, senhores da imprensa, que dá cobertura a esta solenidade: é muito gratificante, nesta noite, poder expressar a minha homenagem ao nosso grandioso Cruzeiro Esporte Clube, pelos seus 90 anos. Quero salientar que faço isso não apenas como Deputado que reconhece a importância do melhor clube de todos os tempos, mas também como torcedor desse time desde o ano de 1966, data em que minha família se mudou para Belo Horizonte.

No dia 2/1/21, surgia no cenário esportivo o Societá Sportiva Palestra Itália, o time do Barro Preto, fundado por desportistas da colônia italiana em Belo Horizonte e erguido graças aos esforços de seus diretores, funcionários e atletas. O primeiro jogo do Palestra Itália foi no dia 3/4/21, no estádio do Prado, em Belo Horizonte, quando venceu por 2 a 0 um combinado formado por jogadores do Villa Nova e do Palmeiras, dois times de Nova Lima. A primeira escalação foi composta pelos jogadores: Nulio, Polenta, Ciccio, Quiquino, Américo, Bassi, Lino, Spartaco, Nani, Henriqueto e Armandinho. Essa vitória mostrou o que ainda estava por vir, pois, já nos primeiros anos, o time que contou com o reforço dos jogadores Ninão, Nininho, Bengala e Piorra conquistou o tricampeonato estadual em 1928, 1929 e 1930.

Em 30/1/42, durante a Segunda Guerra Mundial, um decreto-lei do governo federal impediu o uso de termos das nações inimigas em entidades ou instituições do Brasil. Assim, o time passou a ser chamado Palestra Mineiro. O ideal de transformá-lo em uma entidade totalmente brasileira foi consolidado em setembro do mesmo ano, e o clube passou a se chamar Ypiranga, jogando apenas uma partida com esse nome, já que, em outubro, os sócios e dirigentes aprovaram o novo nome, Cruzeiro Esporte Clube, em homenagem à constelação do Cruzeiro do Sul. O uniforme foi modificado e, desde então, passou a ser azul e branco. Os símbolos do time, a constelação e o escudo, também assumiram seus lugares no uniforme e na trajetória do time.

Em 90 anos de história, o Cruzeiro conquistou vários títulos internacionais e nacionais. Entre eles estão as duas Copas Libertadores da América, nos anos de 1976 e 1997; duas Supercopas dos Campeões da Libertadores da América, em 1991 e 1992; a Recopa Sul-Americana, em 1998; e, em 1995, a Copa Ouro e a Copa Master da Supercopa.

No âmbito nacional, o time foi campeão da Copa do Brasil em 1993, 1996, 2000 e 2003, e do Campeonato Brasileiro em 1966 e 2003. No circuito estadual, foi campeão do Supercampeonato Mineiro em 2002; da Copa dos Campeões Mineiros em 1991 e 1999; da Copa Belo Horizonte em 1960; além de conquistar cinco Taças Minas Gerais - 1973, 1982, 1983, 1984, 1985 - e 36 Campeonatos Mineiros - 1926, 1928, 1929, 1930, 1940, 1943, 1944, 1945, 1956, 1959, 1960, 1961, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969, 1972, 1973, 1974, 1975, 1977, 1984, 1987, 1990, 1992, 1994, 1996, 1997, 1998, 2003, 2004, 2006, 2008, 2009, 2011. O clube celeste também foi reconhecido pela Federação Internacional de História e Estatística do Futebol - IFFHS -, em setembro de 2009, como o melhor clube brasileiro do século XX.

Dentre todos esses títulos, existem alguns que destacam ainda mais a importância do time no cenário esportivo. O Cruzeiro é o único clube brasileiro a conquistar a Tríplice Coroa, quando, em 2003, ganhou o Campeonato Estadual, a Copa do Brasil e o Campeonato Brasileiro. Único clube mineiro campeão da Taça Libertadores, em 1976, e bicampeão, em 1997. Primeiro clube mineiro a conquistar o Campeonato Brasileiro, em 1966, e bicampeão, em 2003, sendo também o primeiro time mineiro campeão e tetracampeão da Copa do Brasil, nos anos de 1993, 1996, 2000 e 2003.

Mundialmente reconhecido por sua estrutura, o time também é famoso por ser celeiro de grandes talentos, como Ronaldo, Maicon, Gomes, Luisão, Wendell, Jussié, Beletti. Não podemos nos esquecer de outros craques que também passaram pelo Cruzeiro e deixaram sua marca na história do time: Tostão, Piazza, Dirceu Lopes, Raul, Zé Carlos, Palhinha, Joãozinho, Ronaldo, Sorín, Alex, Fábio e tantos outros. Falando dos primeiros nomes citados, tenho o privilégio de ter visto esses jogadores atuando no Cruzeiro de 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, enfim, aquele time que, com certeza, guardamos com muito carinho no coração, pois tinha Tostão, Piazza, Dirceu Lopes, Raul, Evaldo, Zé Carlos, Hilton Oliveira, Natal e tantos que fizeram a história do clube.

Com o passar de todos esses anos, o Cruzeiro conquistou não apenas títulos, mas também milhares de torcedores. Somos aproximadamente 8 milhões de pessoas com um só propósito: ver o nosso time vencer. Com certeza, o saldo dessa história de 90 anos é muito mais positivo do que podemos imaginar. Segundo pesquisa do Datafolha realizada em 2008, o Cruzeiro possui a maior torcida de Minas Gerais, com quase o dobro de torcedores em relação ao seu maior rival, sendo também a sexta maior torcida do Brasil. O recorde absoluto de público presente em uma partida realizada no Mineirão também é do Cruzeiro. Cerca de 133 mil pessoas assistiram ao jogo da final do Campeonato Mineiro de 1997 contra o Vila Nova.

Creio que este momento é oportuno para deixar aqui a minha indignação com relação às pessoas que praticam violência dentro e fora dos estádios e utilizam isso como subterfúgio para suas frustrações. Manifesto também minha insatisfação com um pequeno número de pessoas que, muitas vezes, não compreendem que o futebol é cíclico, tem fases e passa por alguns momentos que normalmente não agradam a todos, mas que isso não faz o time, em nenhum momento, ser menor que qualquer outro clube do País. Um clube que completa 90 anos e que tem uma história escrita de grandes vitórias nesse período precisa ser respeitado pela grande torcida que tem.

Futebol deve significar um meio de lazer, mas, infelizmente, em muitos casos a situação é outra. É inaceitável ver que pessoas têm perdido suas vidas em situações tão banais. Essa realidade precisa mudar. Com esse apelo, encerro o meu discurso.

Quero parabenizar a diretoria, os funcionários, os jogadores, a torcida e todos os que ajudaram a escrever a história desse clube, que mora dentro dos nossos corações. Agradeço também aos colegas desta Casa, que nos honraram com sua presença, aos convidados e a todos que, junto a mim e ao Deputado Gustavo Perrella, assinaram o requerimento para a realização desta audiência. Aos convidados e a todos que acompanham esta solenidade pela TV Assembleia o meu muito obrigado. Que Deus os abençoe.

### **Entrega de Placa**

O locutor - Neste instante o Deputado Gustavo Perrella, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Senador Zezé Perrella, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue traz os seguintes dizeres: “O Cruzeiro Esporte Clube, considerado uma das maiores agremiações de futebol do mundo, foi criado em 1921, com o empenho de desportistas da colônia italiana em Belo Horizonte. O Clube, além de ser reconhecido pela excelência no esporte, destaca-se também pela grande estrutura de treinamento que apresenta e pela acurada visão social. Por sua inegável importância para o esporte do Estado e de todo o País, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta ao Cruzeiro Esporte Clube homenagem por seus 90 anos de história”.

O Deputado Gustavo Perrella - Convido o Deputado Vanderlei Miranda, coautor do requerimento, para me acompanhar na entrega da placa.

- Procede-se à entrega da placa.

### **Palavras do Senador Zezé Perrella**

Boa noite, senhoras e senhores. Fiz uma cirurgia de sinusite, então estou um pouquinho fanho. A minha voz não é feia assim.

Exmos. Srs. Gustavo Perrella, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, representando o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro; 1º-Secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Deputado Dilzon Melo, meu grande amigo e grande cruzeirense; Secretário Municipal de Serviços Urbanos, Pier Senesi Filho, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Marcio Lacerda; Presidente do Conselho Deliberativo do Cruzeiro Esporte Clube, Hermínio Francisco Lemos; Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube, Gilvan de Pinho Tavares; Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube, Biagio Peluso; Deputado Vanderlei Miranda, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem, grande amigo e grande cruzeirense; meus senhores e minhas senhoras, queria agradecer a esta Casa a lembrança. Esta homenagem, Deputado Vanderlei, não é somente ao Cruzeiro Esporte Clube, mas a 8 milhões de torcedores espalhados por este país afora. O clube, quando começou, era pequeno, e quem conhece a nossa história sabe disso. Era um clube formado por pedreiros e padeiros italianos. Quando começava a nossa Capital, esses abnegados trabalhadores italianos criaram essa potência, que é hoje o Cruzeiro Esporte Clube.

Curiosamente somos taxados de clube de elite, mas, na verdade, elite nada tem a ver com o Cruzeiro. As pesquisas apontam que o Cruzeiro tem a maioria dos torcedores em todos os segmentos sociais. Mas a esmagadora maioria concentra-se na população mais humilde, ao contrário do que muita gente diz.

Esta homenagem nos deixa absolutamente felizes. Não é à toa que o Cruzeiro foi escolhido como o maior clube brasileiro do século XX e é a paixão de todos nós. Recordo-me de quando morava em São Gonçalo do Pará e meu pai me trazia para cá, Deputados Vanderlei Miranda e Dilzon Melo, vínhamos de ônibus. Meu pai organizava caravanas para assistirmos ao jogo do Cruzeiro. Foi nessa época também que você começou a torcer pelo Cruzeiro.

Em 1966, vi o primeiro jogo do Cruzeiro: Cruzeiro 6, Santos 2. Santos de Pelé, e tudo mais. Depois disso, não consegui mais parar de frequentar o Mineirão e criei essa paixão, que é a de todos nós, por esse clube. Não é necessário falar da história do Cruzeiro, pois todos a conhecem demais. A paixão da torcida do Cruzeiro por esse time, a paixão de todos nós, é minha paixão também.

Ao final deste ano, estou encerrando minha participação no Cruzeiro, ciente de que tudo fiz para ajudar o Cruzeiro a ser o que é hoje. O Cruzeiro teve grandes Presidentes: Aurélio Noce, Felício Brandi, que, para mim, foi um dos maiores Presidentes da história do clube, e passou também pela família Masci.

Nestes anos, procuramos dar a nossa contribuição, tanto eu, quanto meu irmão Alvimar, e acho que fomos felizes. Em futebol não se ganha tudo. Vou sair muito gratificado, principalmente pelo Conselho Deliberativo do Cruzeiro, que sempre teve um apreço muito grande por nós, sempre me ajudou a administrar o Cruzeiro. Não teríamos conseguido fazer o que fizemos, trabalhar como trabalhamos, se não tivéssemos recebido o apoio dos conselheiros. Não é ainda meu discurso de despedida, pois vou sair em dezembro, mas é uma decisão que já tomamos, e será formalizada amanhã, em uma coletiva.

Eu brincava dizendo que estava esperando o Cruzeiro completar 90 anos para eu sair. Penso que está na hora. Quero agradecer a todos vocês. Analisamos que pouquíssimas empresas no Brasil conseguem sobreviver por 90 anos. O que faz com que a gente sobreviva é essa paixão. Não estou aqui para lamentos, claro, mas o que nos deixa, às vezes, um pouco chateados é o fato de a imprensa mineira ser atleticana. Cansei de falar e vou morrer falando isso. Quando o Atlético empata, ganhou um ponto; quando o Cruzeiro empata, perdeu dois. Mas isso é o que nos dá força para sermos o que somos: essa potência do futebol mundial. Muito obrigado a vocês por tudo.

### **Apresentação Musical**

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir a Banda Godoys, que apresentará as seguintes músicas: “Academia, Campeão Brasileiro de 1966”, dos Irmãos Saraiva; “Hino Oficial do Cruzeiro”, de Jadir Ambrósio; e “Hino da Tríplice Coroa”, de Daniel Godoy e Walmir Leporatti.

O Sr. Paulo Daniel Godoy - Este hino é de 1966, quando nosso querido Cruzeiro ganhou a Taça Brasil, hoje Campeonato Brasileiro, em cima de Pelé, como muito bem disse nosso querido Presidente. Vamos lá.

- Procede-se à apresentação musical.

## Palavras do Sr. Presidente

Boa noite a todos. Cumprimento as seguintes autoridades: Senador Zezé Perrella, Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, cruzeirense fanático que está em todos os jogos; Sr. Pier Senesi Filho, Secretário Municipal de Serviços Urbanos, representante do Sr. Marcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Sr. Hermínio Francisco Lemos, Presidente do Conselho Deliberativo do Cruzeiro Esporte Clube; Sr. Gilvan de Pinho Tavares, Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; Sr. Biagio Peluso, Vice-Presidente do Cruzeiro Esporte Clube; e nobre colega Deputado Vanderlei Miranda, coautor do requerimento que deu origem a esta homenagem. Cumprimento, ainda, todos os servidores desta Casa - o nosso 1º-Secretário Dilzon Melo sabe muito bem que a grande maioria deles é cruzeirense -, os telespectadores da TV Assembleia, os nobres conselheiros presentes e os senhores e as senhoras.

Em setembro de 2009, a Federação Internacional de História e Estatística do Futebol, instituto reconhecido pela Fifa com sede na Alemanha, fez uma análise do desempenho dos principais times do mundo. A ideia era descobrir os clubes que mais tinham se destacado em cada continente no século XX. Feitas todas as contas, analisadas as classificações em torneios, taças, copas e campeonatos, eles puderam finalmente concluir quais eram os melhores. No Brasil, como já se esperava, o Cruzeiro Esporte Clube apareceu em 1º lugar. Imediatamente a notícia correu o País e o mundo. Aquele time de imigrantes da colônia italiana, que em 1921 surgiu nas ruas do Barro Preto, na Capital de Minas Gerais, tinha se tornado, com apenas 88 anos de existência, o melhor clube brasileiro do século XX. A façanha surpreendeu muita gente no futebol. Bem mais jovem que diversas outras agremiações que já completaram mais de um século de vida, o Cruzeiro alcançou, no “ranking” da Federação Internacional de História e Estatística do Futebol, uma posição invejável, que só poderá ser igualada por outro clube brasileiro daqui a mais 100 anos.

Mas, para se chegar a esse reconhecimento, não bastam os inúmeros troféus expostos nas prateleiras, responsáveis por tamanha honraria: quem realizou o sonho daqueles humildes trabalhadores de ver o Societá Sportiva Palestra Itália se tornar uma das maiores potências do futebol mundial foram verdadeiros homens de coragem. Dos primeiros Presidentes aqui citados - Zezé Perrella colocou-os muito bem -, desde Aurélio Noce e Alberto Noce até os irmãos Zezé Perrella e Alvimar de Oliveira Costa - a quem chamo de Alvinho, meu tio querido -, cada um deu a sua valiosa contribuição na administração do clube, sem deixar de citar outros ilustres Presidentes, como o astuto Mário Grosso, o José Francisco Lemos, o Felício Brandi, o Carmine Furletti, o Benito Masci, o Salvador Masci e o César Masci.

Passsei grande parte da minha infância visitando a sede Campestre II e a Toca da Raposa I. Dentro das quatro linhas, são ainda maiores os nomes dos atletas que se agigantaram com a camisa azul estrelada ou com o primeiro uniforme, nas cores verde, branca e vermelha. A relação repleta de craques iniciada com Ninão, Bengala, Niginho, Nininho e Alcides nas últimas décadas foi engrossada por Tostão, Natal, Evaldo, Piazza, Zé Carlos, Jairzinho, Roberto Batata, Joãozinho, Nelinho, Raul, Ronaldo Fenômeno, Dida, Sorín, Alex, Fábio, entre tantos outros.

Com a construção do Mineirão, os títulos também se multiplicaram desde a década de 60. Uma das conquistas mais marcantes foi a Taça Brasil de 1966, muito bem mencionada pelo colega Vanderlei Miranda, com um final emocionante contra o supertime do Santos, de Pelé e companhia. De lá para cá, a galeria de troféus teve que ser diversas vezes ampliada para receber tantas premiações de campeão: duas Copas Libertadores, Campeonato Brasileiro, quatro Copas do Brasil, Copa Master, Copa Ouro, Recopa Sul-Americana, duas Supercopas dos Campeões da Libertadores, Copa Sul-Minas, Copa Centro-Oeste, Supercampeonato Mineiro e duas Copas dos Campeões Mineiros. Os títulos estaduais somam mais 36 conquistas.

Os feitos na área administrativa são igualmente espetaculares. O Cruzeiro conta hoje com um patrimônio invejável. Além da tradicional sede urbana do Barro Preto, o clube tem ainda uma agradável sede campestre, dois centros de treinamentos - a Toca da Raposa I e a Toca da Raposa II - e uma moderna sede administrativa. Mais uma vez, precisamos recordar o empreendedorismo e o arrojo de Presidentes que apostaram em projetos audaciosos e pioneiros no Brasil. Não há como não citar a construção da primeira Toca da Raposa pelo inesquecível Felício Brandi. Gestor de visão e ousadia, ele passou a ser uma referência e serviu de modelo para que, mais tarde, outros clubes do País copiassem a sua obra.

Nos esportes especializados, o Cruzeiro investiu ainda na formação da equipe mais vencedora do atletismo brasileiro e se uniu ao Grupo Sada para disputar as principais competições de vôlei masculino no País. Mas, para chegar a esse tamanho, para escrever uma história como essa, é preciso ter na alma muito mais que a predestinação de ser um clube de futebol: só os grandes, vencedores, determinados e guerreiros podem almejar uma posição assim.

Enfrentar situações adversas e se recuperar são também duas das maiores virtudes do Cruzeiro. Nesses 90 anos, o clube passou por vários momentos de dificuldade e nunca deixou de aproveitar as crises para se tornar ainda maior. Um exemplo clássico é a mudança de Palestra para Cruzeiro. Na década de 40, quando o governo federal baixou um decreto proibindo o uso de nomes e símbolos dos países do eixo que estavam em guerra com o Brasil, o clube corria o risco de deixar de existir, já que não poderia continuar sendo chamado de Palestra Itália. Mas aconteceu o contrário: aquele momento histórico acabou sendo responsável por uma transformação que, anos mais tarde, resultaria em uma marca mundial. Ao passar a se chamar Cruzeiro Esporte Clube e adotando novas cores no uniforme, estava sendo redesenhado um novo clube, que se tornaria uma das maiores forças do futebol mundial.

Nos anos 60, o Cruzeiro tinha apenas a 3ª torcida da Capital mineira; hoje já é a maior do Estado e a 6ª do País, segundo pesquisa recente divulgada pela Fifa em 2011. São atualmente 8 milhões de torcedores espalhados pelo planeta. Esse crescimento extraordinário levou um dia o jornalista Roberto Drummond a apelidar a torcida cruzeirense de China Azul, numa simpática comparação com o crescimento da população do gigante país asiático.

Ao escolhermos o Cruzeiro Esporte Clube para esta justa homenagem, é preciso ressaltar que não estamos apenas falando de um clube de futebol, mas sim de uma das mais fortes tradições e marcas do Estado de Minas Gerais. Em seus 90 anos, completados no último dia 2 de janeiro, o Cruzeiro deixou em todos a firme convicção de que sua história, recheada de conquistas épicas, de heróis e de muita emoção, está apenas começando. Muitas outras gerações ainda irão vibrar com suas realizações. Se, com apenas nove



décadas, o Cruzeiro já alcançou o rótulo de melhor clube brasileiro de um século, motivos não faltarão para que sua imensa torcida continue sendo a mais feliz e a mais importante de Minas Gerais. Parabéns ao Cruzeiro Esporte Clube. Obrigado.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 9, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 9/8/2011.). Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/6/2011**

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz e Rogério Correia (substituindo o Deputado Carlos Henrique, por indicação da Liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada Comissão. Nos termos do § 3º do art. 125 do Regimento Interno, o Presidente, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir a não reativação da Mina Del Rey, no Município de Mariana, e comunica o recebimento de ofício do Sr. Rubens Vargas Filho, Coordenador Estadual de Relações Institucionais, encaminhando nota de esclarecimento a respeito do arrendamento da Mina Del Rey. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Pe. Lauro Versiane, representando Dom Geraldo Lyrio Rocha, Arcebispo de Mariana; os Srs. Geraldo Sales de Souza, Prefeito Municipal desse Município; Padre João, Deputado Federal; Gláucio Cristiano Cabral de Barros Nogueira, Diretor Técnico da Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Fernando Sampaio de Castro, Presidente da Câmara Municipal de Mariana; as Sras. Aida Ribeiro Anacleto, 1ª-Secretária da referida Câmara; Luana Claudia Pereira, Secretária Municipal de Meio Ambiente de Mariana; os Srs. Cristiano Casimiro dos Santos, Secretário Municipal de Cultura e Turismo desse Município; Antônio Carlos de Oliveira, Promotor de Justiça; as Sras. Débora da Costa Queiroz, Chefe do Escritório Técnico II do Iphan, em Mariana; Nely Gomes, representando o Sr. Benedito Alves Ferreira, Presidente da União das Associações Comunitárias de Mariana; e os Srs. Valério Vieira Santos, Presidente do Sindicato Metabase Inconfidentes; e Luiz Pegazo, Coordenador do Movimento "O minério é nosso", que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários e, cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de julho de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Antônio Carlos Arantes - Carlos Henrique.

## **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/7/2011**

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, Cássio Soares e Delvito Alves, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Delvito Alves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, comunica o recebimento de comunicação do Deputado Dalmo Ribeiro Silva informando que protocolou no Plenário desta Casa requerimento solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 620/2011, de sua autoria. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.168, 2.169 e 2.170/2011 (Deputado André Quintão); 2.145, 2.147 e 2.165/2011 (Deputado Bruno Siqueira); 2.153, 2.155, 2.160 e 2.161/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.152, 2.163 e 2.166/2011 (Deputado Delvito Alves); 2.143, 2.148, 2.149 e 2.164/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.146, 2.162 e 2.171/2011 (Deputada Rosângela Reis); 2.150 e 2.151/2011 (Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. É aprovado requerimento do Deputado Delvito Alves em que solicita seja alterada a ordem do dia de modo que os Projetos de Lei nºs 170, 886, 903, 1.017, 1.134 e 1.280/2011 sejam apreciados em último lugar nessa fase. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 120/2011 (relator: Cássio Soares); 172/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); e 318/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição). Anunciada a votação dos pareceres dos relatores, Deputados Sebastião Costa e Delvito Alves, que concluem respectivamente, pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.633/2011 e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 253/2011 na forma do Substitutivo nº 1, são aprovados requerimentos do Deputado Bruno Siqueira em que solicita o adiamento da votação. É convertido em diligência à Secretaria de Estado de Fazenda – SEF – o Projeto de Lei nº 15/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 86 e 340/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputados Cássio Soares e Sebastião Costa. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 175/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Retira-se da reunião o Deputado Cássio Soares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os

pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 459, 1.101, 1.195/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 476, 1.236, 1.481/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa, o último em virtude de redistribuição). O Projeto de Lei nº 620/2011 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Delvito Alves aprovado pela Comissão. São convertidos em diligência à Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam – e ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – o Projeto de Lei nº 719/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa); à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil o Projeto de Lei nº 732/2011, à SEF o Projeto de Lei nº 1.607/2011 (relator: Deputado Cássio Soares; leitor dos pareceres: Deputado Sebastião Costa); à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o Projeto de Lei nº 1.075/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); e à SEF, à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag - e ao Prefeito Municipal de São José do Goiabal o Projeto de Lei nº 1.666/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 765/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira, em virtude de redistribuição); 839/2011 (relator: Deputado Cássio Soares; leitor do parecer: Deputado Sebastião Costa); e 955/2011 (relator: Deputado Delvito Alves). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 855 e 1.572 (relator: Deputado Sebastião Costa), 1.272 (relator: Delvito Alves) e 1.365/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis), no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores. Na fase de discussão do parecer da relatora, Deputada Rosângela Reis, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 940/2011, o Presidente defere o pedido de vista do Deputado Delvito Alves. Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.087, 1.122 e 1.241/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Sebastião Costa, em virtude de redistribuição. Retira-se da reunião o Deputado Sebastião Costa. Registra-se, neste momento, a presença do Deputado Bonifácio Mourão, Líder do Bloco Transparência e Resultado (substituindo o Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 170, 886/2011, este na forma do Substitutivo nº 1, 903, e 1.017/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.134 e 1.280/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.612/2011, este com a Emenda nº 1, 1.921/2011 (relator: Deputado Bruno Siqueira); 1.862, 1.863, 1.913, 1.923, 1.936, 2.016/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); 1.880/2011 (relator: Deputado Cássio Soares; leitor do parecer: Deputado Bonifácio Mourão); 1.885, 1.893/2011, este com a Emenda nº 1, 1.906, 1.908, 1.929, 1.942/2011 (relator: Deputado Delvito Alves, em virtude de redistribuição); e 1.938/2011 (relator: Deputado Bonifácio Mourão, em virtude de redistribuição). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 1.882, 1.896, 1.904, 1.907, 1.917 e 1.927/2011 e à Secretaria da Casa Civil e Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 1.924/2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Bruno Siqueira - Cássio Soares - Rosângela Reis - Luiz Henrique - André Quintão.

## **ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/7/2011**

Às 15h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Adelmo Carneiro Leão e Fabiano Tolentino, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marques Abreu, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tadeu Martins Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 504/2011 (relator: Deputado Marques Abreu); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.211/2011, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Marques Abreu). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 30, 1.316, 1.474 e 1.509/2011 com a Emenda nº 1; 1.521, 1.541, 1.707, 1.767 e 1.840/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Carlin Moura, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a campanha “Abre a Copa Mineirão”. A Presidência recebe, para posterior apreciação, o seguinte requerimento dos Deputados Marques Abreu, Tadeu Martins Leite, Fabiano Tolentino, Adelmo Carneiro Leão, Gustavo Perrella em que solicitam ao Presidente desta casa a inclusão, na programação da TV Assembleia, de cobertura dos jogos Escolares de Minas Gerais - Jemg-, jogos do interior de Minas – Jimi - e de campanhas publicitárias com o objetivo de incentivar a prática esportiva, compreendida como instrumento de promoção da vida saudável. A Presidência faz a leitura do relatório das atividades da Comissão no primeiro semestre de 2011. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.



Marques Abreu, Presidente - Fabiano Tolentino - Gustavo Perrella.

## **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/7/2011**

Às 9h37min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Neider Moreira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício do Sr. Ajax Pinto Ferreira, Coordenador do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais, encaminhando a programação inicial do XVI Congresso Brasileiro de História da Medicina, que será realizado em Ouro Preto no mês de novembro. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei n°s 1.326/2011, no 1º turno (Deputado Hely Tarquínio); 817/21011, no 2º turno, e 1.342/2011, em turno único (Deputado Adelmo Carneiro Leão); 1.171/2011, no 1º turno; 517 e 1.713/2011, em turno único (Deputado Doutor Wilson Batista); 1.234/2011, no 1º turno, e 1.797/2011, em turno único (Deputado Neider Moreira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei n° 264/2011 na forma do vencido no 1º turno (relator: Deputado Doutor Wilson Batista); e, no 1º turno, dos Projetos de Lei n°s 159/2011 na forma do Substitutivo n° 1, ficando prejudicadas as Emendas n°s 1 a 5, da Comissão de Constituição e Justiça; 462/2011 na forma do Substitutivo n° 2, sendo rejeitado o Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça; 1.008/2011 na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: Deputado Hely Tarquínio); 797/2011 (relator: Deputado Doutor Wilson Batista) e 838/2011 (relator: Deputado Neider Moreira), ambos na forma do Substitutivo n° 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda n° 1, que apresenta. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei n°s 1.445, 1.523, 1.524, 1.538, 1.652 e 1.712/2011, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento n° 1.183/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Durval Ângelo em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a fim de debater os impactos resultantes das atividades da Empresa de Cimentos Liz nos Municípios de Lagoa Santa e Vespasiano. Ato contínuo, são recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio, Carlos Mosconi, Adelmo Carneiro Leão, Doutor Wilson Batista, Antônio Lerin e Bosco em que solicitam seja realizada visita ao Hospital Dr. Hélio Angotti, no Município de Uberaba, a fim de conhecer a realidade da instituição e as atividades por ela desenvolvidas; Carlos Mosconi em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater irregularidades no funcionamento das seguintes instituições: Hospital São Bento, Hospital Santana, Hospital SOS Medicina e Cirurgia de Urgência Ltda., Santa Casa de Misericórdia de Sabará e Fundação Hilton Rocha; e a necessidade de as operadoras de planos de saúde reajustarem os valores pagos a profissionais e empresas prestadoras de serviços de fisioterapia e terapia ocupacional, tendo em vista os baixos valores repassados pelos convênios por esse tipo de serviço; Maria Tereza Lara em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Prudente de Moraes para debater os impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde dos moradores do referido Município, causados pela empresa Incineração e Controle Ambiental; Pompilio Canavez, Liza Prado e Almir Paraca em que solicitam seja realizada reunião conjunta com as Comissões de Segurança Pública e de Assuntos Municipais e Regionalização, a fim de debater a prevenção ao uso de drogas, notadamente oxi e crack, bem como o tratamento de dependentes; Luiz Carlos Miranda em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Teófilo Otôni para debater os problemas de saúde que afetam a macrorregião; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a situação do Hospital Siderúrgica – Associação Beneficente de Saúde de São Sebastião, situado no Município de Coronel Fabriciano; e seja realizada visita técnica ao referido Hospital; Rosângela Reis em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a crise financeira enfrentada pelo referido Hospital; Liza Prado (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir assuntos relacionados a políticas públicas no Estado, integrativas e complementares, voltadas para a medicina alternativa, em prol dos consumidores de serviços de saúde, buscando integrar os planos de saúde, os convênios, as minorias sem alternativas e a assistência a pacientes de urgência e emergência em geral; e seja realizada reunião para debater a utilização do anticorpo, feito em laboratório, que defende pulmões de bebês contra o vírus sincicial respiratório; Liza Prado, Almir Paraca e João Leite em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater, em audiência pública com a participação das autoridades estaduais, a prevalência, o tratamento e a política para doenças transmissíveis por condições sanitárias, incluindo doença de Chagas, tuberculose, hanseníase, leishmaniose, malária, entre outras. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2011.

Carlos Mosconi, Presidente - Hely Tarquínio - Adelmo Carneiro Leão - Neider Moreira - Doutor Wilson Batista.



## **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/7/2011**

Às 15h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Júlio, Tiago Ulisses (substituindo o Deputado Délio Malheiros, por indicação do BPS) e Hely Tarquínio (substituindo a Deputada Liza Prado, por indicação do BPS) membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Júlio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tiago Ulisses, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no "Diário do Legislativo", no dia 14/7/11: ofícios dos Srs. Custódio Mattos, Prefeito Municipal de Juiz de Fora, e Marcelo Rodrigo Barbosa, Coordenador do Procon. Suspende-se a reunião às 15h27. Reabertos os trabalhos às 18h10, registra-se a presença dos Deputados Délio Malheiros, Liza Prado, Antônio Júlio e Duílio de Castro. O Presidente, Deputado Délio Malheiros, avoca para si a relatoria do Projeto de Lei nº 355/2011, no 2º turno. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 355/2011 (relator: Deputado Délio Malheiros). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos do Deputado Délio Malheiros em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir constantes violações ao Código de Defesa do Consumidor pelos sites de compras de produtos e serviços; e da Deputada Liza Prado e do Deputado Délio Malheiros em que solicitam seja encaminhado ao Ministério Público de Minas Gerais pedido de informações sobre o andamento das investigações que foram iniciadas com base em denúncias de consumidores que encontraram pó de metal em pacotes de açúcar comercializados em algumas cidades do Estado, esclarecendo se esse fato é isolado ou se há indícios de que essa adulteração está atingindo todo o Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2011.

Délio Malheiros, Presidente - Liza Prado - Carlos Henrique - Duílio de Castro.

## **ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/8/2011**

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Sebastião Costa, Bruno Siqueira, André Quintão, Cássio Soares e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Sebastião Costa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado André Quintão, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 2.180, 2.189, 2.196, 2.199, 2.205, 2.210, 2.211 e 2.217/2011 (Deputado André Quintão); 2.174, 2.175, 2.181, 2.184, 2.185, 2.192, 2.193, 2.195, 2.201, 2.207, 2.212 e 2.219/2011 (Deputado Cássio Soares); 2.173, 2.176, 2.194, 2.202, 2.208, 2.220 e 2.221/2011 (Deputado Delvito Alves); 2.172, 2.190, 2.191, 2.197, 2.209 e 2.213/2011 (Deputado Luiz Henrique); 2.183, 2.204 e 2.223/2011 (Deputada Rosângela Reis); 2.188 e 2.214/2011 (Deputado Sebastião Costa); 2.178, 2.182, 2.200, 2.203 e 2.218/2011 e Projeto de Lei Complementar nº 16/2011 (Deputado Bruno Siqueira). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.046/2011, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 74, 269, 406/2011, os três últimos na forma do Substitutivo nº 1, 793/2011 com a Emenda nº 1, 847, 852/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão); 253/2011, este na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 115/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); e 855/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.633/2011, este com o voto em branco do Deputado André Quintão (relator: Deputado Sebastião Costa), e dos Projetos de Lei nºs 940/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); e 183/2011 (relator: André Quintão). São convertidos em diligência à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Sustentável - Semad - e à Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam - o Projeto de Lei nº 502/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); à Coordenadoria Estadual de Defesa Civil o Projeto de Lei nº 769/2011 (relator: Deputado Cássio Soares); e ao Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - Idene - o Projeto de Lei nº 827/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). Retira-se da reunião o Deputado Cássio Soares. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 977/2011, este na forma do Substitutivo nº 1, 998/2011 (relatora: Rosângela Reis); 1.020/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado André Quintão); 1.061/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Luiz Henrique); 1.134, 1.272 e 1.280/2011 (relator: Deputado Delvito Alves; leitor dos pareceres: Deputado Sebastião Costa). Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.107/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). É convertido em diligência à Semad o Projeto de Lei nº 1.155/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis). Retira-se da reunião o Deputado Sebastião Costa. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.353/2011 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves; leitor do parecer: Deputado André Quintão). Retorna à reunião o



Deputado Sebastião Costa. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.354/2011 na forma do Substitutivo nº 1 e 1.433/2011 (relator: Deputado André Quintão). São convertidos em diligência à Semad o Projeto de Lei nº 1.365/2011; à Secretaria de Estado de Saúde o Projeto de Lei nº 1.653/2011; às Secretarias de Estado de Fazenda e de Trabalho e Emprego o Projeto de Lei nº 1.704/2011 (relatora: Deputada Rosângela Reis); à Feam e ao Detran-MG o Projeto de Lei nº 1.449/2011; à Cemig e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana o Projeto de Lei nº 1.560/2011; à Seplag e ao Prefeito Municipal de Belo Vale o Projeto de Lei nº 1.903/2011 (relator: Deputado André Quintão); à Copasa-MG o Projeto de Lei nº 1.546/2011 (relator: Bruno Siqueira); e ao DER-MG o Projeto de Lei nº 1.898/2011 (relator: Deputado Luiz Henrique). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 1.572 e 1.807/2011, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação do prazo regimental pelos respectivos relatores, Deputado Sebastião Costa e Deputada Rosângela Reis. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer concluindo pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.943/2011 (relator: Deputado Sebastião Costa). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento em que se solicita seja convertido em diligência ao autor o Projeto de Lei nº 2.015/2010. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 4 de agosto, às 9h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 4 de agosto de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Rosângela Reis - Bruno Siqueira - João Leite.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 9/8/2011

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 637/2011, da Comissão de Política Agropecuária, que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária pedido de providências para que, a cada 120 dias, seja enviado a essa Comissão relatório relativo às ações do Programa de Crédito Fundiário. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 646/2011, do Deputado Marques Abreu, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os projetos em execução de recuperação e monitoramento da Lagoa da Pampulha, sobre o montante e a fonte dos investimentos previstos e sobre a fase atual das obras. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 710/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de providências para que envie a essa Comissão levantamento detalhado das famílias de baixa renda que recebem o benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica, instituída pela Lei nº 12.212, de 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre o número de consumidores que se recadastraram mês a mês, até o fim do prazo estabelecido pela legislação para tal recadastramento, com o objetivo de fazer jus à Tarifa Social de Energia Elétrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 999/2011, da Comissão de Direitos Humanos, que solicita seja encaminhado à Promotoria de Justiça da Comarca de Vespasiano pedido de informações sobre as providências tomadas pelo Ministério Público com vistas a que seja cumprida a legislação no que se refere à construção da via de acesso à Empresa de Cimentos Liz, nesse Município, especialmente quanto à realização de audiência pública para esse fim, considerando-se as denúncias de possíveis irregularidades que têm gerado ameaças às condições de vida e violações dos direitos humanos dos moradores da região. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.001/2011, da Comissão de Defesa do Consumidor, que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para que envie a esta Casa balanço técnico relativo ao consumo irregular de energia elétrica no Estado, no qual conste o



volume de energia elétrica furtada, o número de infrações apuradas e os prejuízos econômicos causados pela referida prática em 2010. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

### **2ª Fase**

#### **(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.124/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 8/2011, do Tribunal de Contas, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/1/2008. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 2 a 5, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 98/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, que dispõe sobre a obrigatoriedade de estabelecimentos que comercializam lâmpadas fluorescentes colocarem à disposição dos consumidores lixeira para a sua coleta quando descartadas ou inutilizadas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 9/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.095/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.462/2011, do Deputado Bosco.



No 1º turno: Projetos de Lei nºs 7 e 12/2011, do Deputado Elismar Prado; 97/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 117/2011, do Deputado Elismar Prado; 189/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 409/2011, do Deputado Fred Costa e da Deputada Liza Prado; 596/2011, do Deputado Fred Costa; 848/2011, do Deputado Delvito Alves; 868/2011, da Deputada Ana Maria Resende; 872/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 1.098/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 1.139, 1.216 e 1.235/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.515/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 1.543/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.562/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.601/2011, do Deputado João Vítor Xavier; 1.615/2011, do Deputado Pompílio Canavez; 1.728/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.737/2011, do Deputado Marques Abreu; 1.762/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.821/2011, do Deputado Romeu Queiroz; 1.912/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.036/2011, da Deputada Rosângela Reis; 2.038/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.048/2011, do Deputado Rômulo Veneroso; 2.056/2011, do Deputado José Henrique; 2.087/2011, do Deputado Romel Anízio; 2.111/2011, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.735/2011, do Deputado Luiz Henrique; 1.739/2011, do Deputado Paulo Lamac; 1.954/2011, da Deputada Rosângela Reis; 1.957/2011, do Deputado Adalclever Lopes; 1.959/2011, do Deputado Antonio Lerin; 1.961/2011, do Deputado Dilzon Melo; 1.979 e 1.981/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 1.996/2011, do Deputado Duarte Bechir; 2.003 e 2.005/2011, do Deputado Tenente Lúcio; 2.022, 2.024 e 2.026/2011, do Deputado Fred Costa; 2.039/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.051/2011, do Deputado Luiz Carlos Miranda; 2.065, 2.067 e 2.069/2011, do Deputado Dinis Pinheiro; 2.072/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; 2.074/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 2.080/2011, do Deputado Deiró Marra; 2.082/2011, do Deputado Rogério Correia; 2.096/2011, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/8/2011**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 185/2011, dos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca, e 1.281/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.200/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/8/2011**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.167/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.645/2011, do Deputado Gustavo Valadares.

Requerimentos nºs 1.262/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.267 e 1.268/2011, do Deputado Tenente Lúcio.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/8/2011**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.266/2011, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



## ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 9/8/2011

### 1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 639/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 1.612/2011, do Deputado Mauri Torres; 1.851/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.942/2011, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Cássio Soares, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 9/8/2011, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a recusa do Delegado João Maurício Penna Lamounier em receber, no último dia 28 de julho, ocorrência policial encaminhada a ele no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional - CIA - e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

João Leite, Presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir parecer sobre a Indicação do Nome de Ivan Alves Soares para Diretor-Geral do Ipem-MG.

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Henrique, Célio Moreira, Duílio de Castro e Pompílio Canavez, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 10/8/2011, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Doutor Viana, Presidente "ad hoc".

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião de audiência pública com convidados, a ser realizada em 12/8/2011, às 19 horas, na Igreja da Comunidade Tempo da Fé, localizada na Rua São Tomaz de Aquino, 582, Vila Santa Rita de Cássia, Aglomerado Santa Lúcia, em Belo Horizonte, com a finalidade de se debater a política de planejamento urbano para o Aglomerado, que desencadeará o desalojamento de cerca de 1.200 famílias residentes ao longo das linhas de distribuição de energia da Cemig, bem como se debater a relação dessa concessionária com os municípios, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Almir Paraca, Presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.645/2011

#### Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Relatório

De autoria do Deputado Gustavo Valadares, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo dar denominação ao trecho da Rodovia MG-190 compreendido entre a BR-365 e a BR-352, na interligação dos Municípios de Romaria, Monte Carmelo e Abadia dos Dourados.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou preliminarmente a matéria e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre o projeto, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.645/2011 tem como finalidade dar a denominação de Rodovia Deputado Camilo Miranda ao trecho da Rodovia MG-190 que liga o entroncamento da BR-352, no Município de Abadia dos Dourados, ao entroncamento da BR-365, no Município de Romaria.

O Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

Entretanto, é importante observar que o homenageado, Camilo Machado Miranda, adotou como nome parlamentar apenas Camilo Machado, tendo ficado assim mais conhecido com o primeiro sobrenome e não com o último. Por essa razão, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1 ao Substitutivo nº 1, com a finalidade de modificar a denominação para Rodovia Deputado Camilo Machado.

Com relação ao mérito da matéria, é preciso ressaltar que o homenageado, natural do Município de Abadia dos Dourados, no Alto Paranaíba, formou-se em Direito, em 1958, pela Escola Mineira, hoje PUC Minas. Iniciou sua vida profissional no Município de Monte Carmelo, onde lecionou História na Escola Estadual Dr. Gregoriano Canedo.

Em 1972, foi eleito Prefeito de Monte Carmelo para o quadriênio 1973-1977. Ato contínuo, cumpriu três mandatos na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, nas legislaturas de 1979 a 1991, onde teve atuação destacada, principalmente na Comissão de Agropecuária e Política Rural, da qual foi Presidente por oito anos e o principal responsável pela elaboração de um plano integrado para o setor. Durante a Constituinte, foi eleito Presidente da Comissão Constitucional, responsável pela elaboração do anteprojeto da Constituição do Estado e pela análise da emendas apresentadas pelos constituintes estaduais. Foi eleito Deputado Federal para o mandato de 1991-1995.

Por sua destacada atuação na vida política, recebeu várias condecorações, entre elas a Medalha de Honra da Inconfidência, a Medalha Santos Dumont e a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo.

Camilo Miranda lutou incansavelmente pelos interesses do povo mineiro, especialmente com relação à aprovação do projeto de lei que liberou verba para a pavimentação asfáltica do trecho da Rodovia MG-190 que liga sua cidade natal, Abadia dos Dourados, à cidade que o acolheu, Monte Carmelo.

Pelas razões apresentadas, consideramos que a intenção de perpetuar a memória do Deputado Camilo Miranda junto aos mineiros, conforme pretende o projeto de lei em análise, configura-se medida meritória e oportuna.

### **Conclusão**

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.645/2011, em turno único, na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1, a seguir redigida.

### **EMENDA Nº 1**

Substitua-se, no art. 1º, o nome “Deputado Camilo Miranda” por “Deputado Camilo Machado”.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Anselmo José Domingos, relator.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.942/2011**

### **Comissão de Esporte, Lazer e Juventude**

#### **Relatório**

De autoria do Deputado Carlin Moura, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Santa Luzia Futebol Clube, com sede no Município de Contagem.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.942/2011 pretende declarar de utilidade pública o Santa Luzia Futebol Clube, com sede no Município de Contagem, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo difundir o civismo e a cultura física, principalmente o futebol.

Na consecução de seu intento, a instituição oferece várias modalidades esportivas amadoras especializadas bem como realiza reuniões e eventos de caráter social e cultural.

Dessa forma, a entidade promove o estreitamento do vínculo de união e solidariedade entre seus associados e com a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento regional, razão pela qual é meritória a intenção de se lhe conceder a pretendida declaração de utilidade pública.

### **Conclusão**

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.942/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Adelmo Carneiro Leão, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.123/2011****Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária****Relatório**

De autoria do Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 2.123/2011, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, foi encaminhado a esta Casa por meio da Mensagem nº 69/2011.

Publicado no “Diário do Legislativo” em 30/06/2011, foi o projeto distribuído a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 160 da Constituição do Estado e do art. 204 do Regimento Interno.

No prazo de 20 dias estabelecido pelo § 2º do referido art. 204, foi apresentada uma emenda à proposição.

**Fundamentação**

O projeto de lei em análise tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no valor de R\$262.600.000,00 em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – TJMG –, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais – TJMMG –, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCEMG –, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - ALMG - e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - MPMG -, assim distribuídos: até R\$39.500.000,00 para despesas com aposentadorias e proventos e até R\$30.400.000,00 para despesas com pensões do TJMG; até R\$1.480.000,00 para despesas com aposentadoria e proventos e até R\$1.020.000,00 para despesas com pensões do TJMMG; até R\$26.500.000 para despesas com aposentadorias e proventos do TCEMG; até R\$85.500.000 para despesas com aposentadorias e proventos da ALMG; até R\$85.000.000 para despesas com aposentadorias e proventos e até R\$8.500.000,00 para despesas com pensões do MPMG. Conforme o projeto, serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação da Receita Decorrente de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit do RPPS do Fundo Financeiro da Previdência - Funfip.

O projeto também aumenta o limite de abertura de créditos suplementares do Poder Executivo na Lei Orçamentária Anual - LOA -, dos atuais 10% para 18,5% da despesa fixada pela LOA.

Conforme a exposição de motivos encaminhada à Casa, o projeto se faz necessário para adequar o orçamento dos Poderes do Estado à Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19/8/2010, a qual alterou a Portaria Interministerial nº 163, de 4/5/2001, que insere novas classificações orçamentárias da receita e despesa. Conforme explica a Secretária de Planejamento e Gestão, “o principal conteúdo dessa nova Portaria diz respeito à criação de um novo elemento de despesa e uma nova classificação de receita, ambos referentes ao aporte para cobertura do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Trata-se de medida para demonstrar, no orçamento, os dispêndios proferidos pelos entes para cobrir a diferença entre receitas e despesas previdenciárias do RPPS. Ou seja, através dessas novas classificações será possível visualizar a complementação que o Estado tem que fazer para equilibrar o supracitado regime previdenciário”.

No mesmo sentido, conforme a mensagem encaminhada, devido aos ajustes feitos pelo Poder Executivo para adequar-se à nova portaria, foi consumida parte do limite de 10% permitido na LOA 2011, trazendo assim a necessidade de recompor essa margem para a adequada gestão orçamentária estadual.

Inicialmente, deve-se ressaltar que o projeto se faz necessário em virtude de a Lei Orçamentária para o corrente exercício não prever autorização para o Executivo abrir crédito suplementar ao orçamento de tais órgãos por meio de decreto.

De acordo com a Lei Federal nº 4.320, de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro, os créditos suplementares destinam-se ao reforço de dotação orçamentária insuficientemente prevista na Lei do Orçamento. Dispõe ainda a referida lei, em seu art. 42, que os créditos serão autorizados por lei e abertos por decreto. A abertura dos créditos depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa, podendo ser utilizados, entre outros, os recursos resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias e os provenientes de excesso de arrecadação. Destaque-se que o projeto em análise cumpre as disposições da lei, trazendo a exposição justificativa e a indicação de recursos para cobrir as despesas.

Por outro lado, os arts. 19 a 22 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal -, estabelecem limites para gastos com pessoal. Vale dizer, em linhas gerais, que a despesa com pessoal ativo e inativo deverá observar os limites estabelecidos na referida lei federal.

Os limites com despesa de pessoal em percentual da Receita Corrente Líquida – RCL – estabelecido no art. 20, II, “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal são de 3% para o Legislativo, sendo o limite individualizado da ALMG de 2,2272% e o do TCEMG de 0,7728%; 6% para o Judiciário; e 2% para o Ministério Público.

De acordo com dados extraídos do Banco de Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais - Siafi-MG -, a despesa com pessoal do Ministério Público, até 2/8/2011, considerando a RCL dos últimos 12 meses e tomando-se como referência o mês de junho, acrescida do impacto da proposição, representa 1,82% da RCL, portanto, dentro dos limites legal e prudencial.

A despesa com pessoal do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça Militar, até 2/8/2011, considerando a RCL dos últimos 12 meses e tomando-se como referência o mês de junho, acrescida do impacto da proposição, representa 4,9% da RCL, portanto, dentro dos limites legal e prudencial.

A despesa com pessoal da Assembleia Legislativa, até 2/8/2011, considerando a RCL dos últimos 12 meses e tomando-se como referência o mês de junho, acrescida do impacto da proposição, representa 1,36% da RCL, portanto, dentro dos limites legal e prudencial.



A despesa com pessoal do Tribunal de Contas, até 2/8/2011, considerando a RCL dos últimos 12 meses e tomando-se como referência o mês de junho, acrescida do impacto da proposição, representa 0,67% da RCL, portanto, dentro dos limites legal e prudencial.

Sendo assim, não há óbices à aprovação da proposição.

Opinamos, entretanto, pela rejeição da Emenda nº 1, apresentada pelo Deputado Rogério Correia, que objetiva suprimir do projeto o art. 4º, que é referente ao aumento do limite de créditos suplementares do Poder Executivo. Entendemos ser imprescindível a recomposição do limite estabelecido na LOA, dada a portaria do Tesouro Nacional que ensejou diversas mudanças nas classificações orçamentárias, as quais consumiram grande parte do limite estabelecido para o Poder Executivo.

### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011 na forma proposta e pela rejeição da Emenda nº 1.

Sala das Comissões, 8 de agosto de 2011.

Zé Maia, Presidente e relator – Doutor Viana – Sebastião Costa – Duarte Bechir.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 2/8/2011

O Deputado Durval Ângelo\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que me traz a este Plenário é um apelo à Presidência da Casa para que agilize a tramitação de algumas matérias de autoria deste parlamentar. A primeira, que apresentamos antes do início do recesso parlamentar, é uma proposta de emenda à Constituição, assinada por mim e por mais 28 parlamentares - portanto, somos 29 autores -, que desvincula, de forma definitiva, o Detran da Polícia Civil, medida já realizada por todos os Estados da Federação, à exceção de três: Minas, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Eu e o Deputado João Leite, há 14 anos apresentamos a mesma proposta de desvinculação. Não definimos o modelo da autarquia, talvez por causa disso esteja havendo confusão na imprensa: estão dizendo que apresentamos uma proposta que cria uma autarquia. Não é isso! Entendo que esse modelo deve ser definido pelo governo do Estado, ou seja, o governo deve definir se será um órgão autárquico específico de execução do trânsito ou se será um órgão subordinado a secretaria.

A nossa proposta baseia-se simplesmente na separação, partindo do princípio de que não podemos conviver com algumas situações, a exemplo das últimas denúncias contra o Detran relativas a problemas com arrecadação, carro zero-quilômetro, concessionárias e locadoras de veículos. Foram denúncias tão violentas quanto a de Formiga, onde o Detran estava envolvido em muitas falcatruas. É claro que apenas criar e desvincular não é garantia de probidade administrativa, mas todos os Estados em que a Polícia Judiciária foi preservada ganharam a segurança pública e a defesa social. No entanto, a polícia mineira continua atuando na área do trânsito. Há casos de irregularidades, de atos ilícitos, de carros furtados e outras diversas irregularidades. Na realidade, queremos que os policiais da Polícia Civil do Estado que hoje cuidam do trânsito (20% ou 25% deles) não continuem exercendo essa atribuição e se tornem policiais da Polícia Judiciária, que deve se ocupar de investigação, incluindo a investigação de crimes de trânsito. Em alguns Estados que promoveram recentemente essa autonomia, como o Rio Grande do Sul, a arrecadação triplicou. Queremos fazer um apelo para que seja votada com rapidez a referida proposta de emenda à Constituição, de autoria de 29 Deputados, determina que o Detran seja desvinculado da Polícia Civil. Essa proposta conduz a uma transparência maior e é fundamental que seja votada com rapidez.

Em seguida, concederei apartes aos companheiros. Solicito ao Presidente Dinis Pinheiro que nomeie hoje a comissão para analisar essa proposta de emenda à Constituição, dando-se início à tramitação dela. O Rio de Janeiro e o Espírito Santo não são boas companhias para nós. Tenho a certeza de que o Estado é sensível a isso.

Outra proposta, Sr. Presidente, refere-se ao protesto que fiz aqui, no final do semestre passado. Queremos que a nossa proposta de criação do programa estadual de segurança para policiais militares, policiais civis, Agentes Penitenciários e Agentes Socioeducativos seja aprovada. Já ouvi do relator, Deputado Delvito, a garantia de emissão do parecer na Comissão de Constituição e Justiça. O primeiro relator indicado foi o Deputado Sebastião Costa, e agora é o Deputado Delvito. O projeto tem nota técnica favorável do governo, e achamos fundamental a rápida tramitação dele.

Hoje apresentei um terceiro projeto, porque existe emenda à Constituição do Estado referente a direitos humanos que não foi regulamentada. O Deputado João Leite apresentou com uma proposta para dar o nome do ex-Ouvidor de Polícia José Resende a essa medalha especial. Apresentei a proposta de criação de uma comenda de direitos humanos, a Comenda Dona Helena Greco, e a protocolei hoje. Na comenda, cinco entidades serão agraciadas e são criadas duas medalhas especiais. Atendo, assim, ao Deputado João Leite, já que uma medalha especial homenageará José Roberto Resende, e a todos os demais Deputados, visto que a outra medalha homenageará João Batista de Oliveira, nosso ex-colega Deputado; porém, a comenda, que seria o guarda-chuva, homenageará Helena Greco, que faleceu na semana passada. Hoje será realizada a missa de sétimo dia, às 20 horas, na Igreja São José. Ela faleceu com 95 anos, completados no dia 15 de junho. Proponho, então, a criação da comenda Helena Greco, com duas medalhas especiais. Dessa forma, acredito que atendemos à Casa. Não discuti ainda essa proposta com o Deputado João Leite, mas sei que ele admira tanto Dona Helena e João Batista de Oliveira quanto José Roberto.

Tenho apartes. Primeiramente, o Deputado Rogério Correia pediu-me a palavra. Em seguida, falará o Deputado Sebastião Costa. Cada um disporá de três minutos. Depois a Deputada Liza Prado também vai se pronunciar. Ainda terei mais meia hora, concedida pelo Sr. Presidente.



O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Deputado Durval Ângelo, peço a V. Exa. permissão para afixar na tribuna o contracheque de uma professora.

O Deputado Durval Ângelo\* - Com toda a liberdade. Será público em Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Agradeço a V. Exa., pois alguns já estão dizendo que “o Deputado está pregando contracheque, mas o Deputado Durval Ângelo está falando de outro assunto”.

O Deputado Durval Ângelo\* - Autorizei.

O Deputado Rogério Correia (em aparte)\* - Foi autorizado pelo Deputado, que sabe o assunto de que trataremos. O governo tem feito uma propaganda na televisão dizendo que paga o piso ao professor e à professora em Minas Gerais. Pedi que se ampliasse o contracheque para que não haja dúvida de que o governo não paga o piso salarial aos professores e às professoras de Minas Gerais.

Esse contracheque aí afixado, Deputado Durval Ângelo, é de uma professora, que ministra 24 horas-aula e que possui formação em ensino médio. V. Exa. pode observar que as aulas de cargo efetivo, que concernem ao vencimento básico, estão exatamente no valor que há muito citamos, ou seja, R\$369,89. A professora, que recebeu esse valor neste mês, enviou o contracheque ao Sind-UTE. Está aqui o nome completo da professora, que não devo mencionar. A professora Alzira remeteu seu contracheque ao Sind-UTE. Esse é o vencimento básico. Ela recebe também gratificação docente, auxílio-transporte e vencimento básico proporcional, porque ministra algumas aulas a mais. Tudo somado, o valor do vencimento bruto é R\$1.014,70, com as gratificações, mas o piso é R\$369,89.

Como V. Exa. sabe, o Superior Tribunal Federal estabelece o piso de R\$1.112,00. Não é pago o piso à professora, que optou pelo vencimento, um direito seu. Essa professora, coitada, além de receber tão pouco, ainda sofreu o desconto de R\$508,00 por causa da greve. Neste mês, ela receberá, em razão dos descontos, R\$340,00.

Trago-lhes duas questões. Primeiro, fica claro que não se paga o piso. Não tenho tempo para mostrar-lhes, mas possuo aqui o contracheque de uma professora de nível superior, cujo piso salarial é R\$547,00, muito longe dos R\$1.200,00. Além disso, o Estado resolveu cortar os salários das professoras. Constituímos, no final do semestre, uma comissão para tentar negociar com o governo o pagamento do piso e outros assuntos do magistério. Pediria ao Sr. Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, que nos ajudou muito à época, assim como ao Líder Luiz Humberto, que se retome o diálogo com as Secretarias de Educação e de Administração. Não adianta ficar inviabilizando de um lado e de outro. A greve prossegue, a despeito de querermos ou não. É um fato. Com o corte de pagamento, os alunos poderão até perder o ano letivo.

O apelo que faço neste momento é por uma negociação. Não é verdade que o Estado paga o piso salarial às professoras. O melhor seria que o governo do Estado retirasse essa propaganda do ar e iniciasse um processo de negociação real com os professores e professoras e com o Sind-UTE. O apelo que quero fazer ao Presidente é no sentido de que novamente converse com a Secretária. Nossa Comissão se reuniu apenas uma vez, não é, Deputado Luiz Humberto Carneiro? Não se reuniu mais. O sindicato resolveu manter a greve, e haverá uma assembleia amanhã. Nossa comissão desta Assembleia Legislativa pode ser útil para a retomada das negociações. É esse o apelo. Fiz questão de fazer com que esse contracheque chegasse ao conhecimento dos Deputados, para que ficasse provado que não há pagamento do piso pelo governo do Estado. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo\* - Acho que é correto e que não conseguiremos nada sem diálogo com os educadores. Eu mesmo sou professor do Estado há 30 anos. Já pedi ao José Geraldo, nosso Secretário-Geral, que examinasse a questão da minha opção. Estou licenciado por mandato eletivo, mas acho que é uma causa justa e temos de apoiá-la.

Deputado Sebastião Costa, nosso companheiro de Divino, concedo-lhe aparte.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Durval Ângelo, quero cumprimentar V. Exa. por seu pronunciamento inicial e fazer um esclarecimento. Quanto ao projeto de autoria de V. Exa. que estava na Comissão de Justiça, ele foi aprovado hoje, pela manhã, e já foi encaminhado às comissões seguintes. Falamos sobre o assunto antes do final do semestre passado.

Quanto à fala do Deputado Rogério Correia, não farei comentário nenhum nesta fase, porque não se relaciona com o assunto tratado por V. Exa. O meu aparte diz respeito aos termos do pronunciamento do Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Durval Ângelo\* - Agradeço-lhe essa informação. Hoje, durante toda a manhã, estive no Colegiado das Corregedorias, representando a Assembleia Legislativa, como sempre faço, e fiquei sabendo de duas boas novidades, Deputado Sebastião Costa. Haverá uma resolução do Estado sobre local de crime, para preservá-lo de ação de policiais civis e militares e de transeuntes ou curiosos; além disso, tomei conhecimento do relatório sobre o número de mortes de policiais em Minas Gerais. Houve uma redução significativa do número de mortes de policiais em serviço em 2010: somente dois policiais militares assassinados em serviço. O Deputado Sargento Rodrigues deve abordar a questão de que seis casos, infelizmente, foram de suicídio, a maioria pelas condições do quartel. Mas houve 146 mortes em confronto com civis. A nossa média não está alta, mas a desproporção da Polícia Civil foi preocupante. Não pude esperar até o final da reunião, mas também não pude estar aqui pela manhã.

O Deputado Sebastião Costa nos traz a boa notícia: o projeto já passou pela Comissão de Justiça. Então, com toda a certeza, logo nossos policiais se sentirão mais seguros. Agradeço à Comissão de Justiça.

Deputada Liza Prado, concedo-lhe aparte, no último minuto que me resta.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Quero, mais uma vez, agradecer ao Deputado Durval Ângelo a oportunidade de cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Concordo com V. Exa.: a Polícia Civil precisa ser valorizada. Não é possível que tenhamos ainda uma Polícia Civil sem estrutura, sem espaço adequado de trabalho, sem salário justo. Eu tinha apresentado um requerimento e fiquei contente em saber da existência do seu projeto. É uma luta antiga, que realmente merece ser conduzida com muita competência - e sei que o será -, para que os policiais deixem a questão administrativa dentro dos Detrans e realmente atuem naquilo que lhes é de competência. Conversei com o Secretário, e o Governador está muito sensível a essa mudança, assim como os Secretários. Então, creio que conseguiremos atingir esse objetivo, Deputado João Leite, Deputado Durval Ângelo, demais Deputados, nós que defendemos essa proposição, para que a Polícia Civil seja valorizada. A Polícia Civil realmente é muito capaz, uma das que mais elucidam crimes no Brasil, mas ainda não é valorizada como deveria. É um pequeno passo, mas sei que já muda muito, Deputado Durval Ângelo. Então, vamos trabalhar com esse propósito.



O Deputado Durval Ângelo\* - É muito importante. Peço ao Secretário-Geral que, em vez de constar 29 autores, conste que a autoria dessa proposta de Emenda à Constituição é deste Deputado, Durval Ângelo, do Deputado Adelmo Carneiro Leão e da Deputada Liza Prado. Sabedor que sou que os dois colegas têm preocupações com esse tema, creio que me ajudarão muito na agilidade de tramitação e na aprovação da proposta. Gostaria de partilhar essa autoria de forma sincera, de coração, com a Deputada Liza Prado e com o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Que nós três somemos esforços pela rápida aprovação da proposta. Obrigado, Sr. Presidente, pela paciência.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, saúdo a todos. Estamos aqui nos reencontrando hoje. Tenho a certeza de que muitos trabalharam até mais do que verdadeiramente descansaram. Eu mesmo aproveitei para percorrer o Sul de Minas, conversar com os companheiros e visitá-los. Cumprimento V. Exa. nesse retorno, Sr. Presidente, e a todos os nossos colegas.

Quero começar falando sobre Bandeira do Sul novamente. Eu comentava, agora há pouco, com a Deputada Liza Prado e o Deputado Carlin Moura que, depois de uma luta incansável desta Casa, finalmente a Cemig resolveu tomar providências com relação à rede elétrica na cidade de Bandeira do Sul. No domingo passado, esse Município foi sacudido por uma coisa boa, desta vez. Estavam nas ruas de Bandeira do Sul 160 trabalhadores fazendo o que já devia ter sido feito: substituindo a fiação, as cruzetas, começando a substituir postes estragados. Alguns ainda não foram substituídos. Trouxeram um alento para a comunidade. Eu mesmo me cansei de dizer que a rede elétrica da cidade precisava passar por manutenção. Foi o que começou a ocorrer no domingo passado. Amanhã, os trabalhadores estarão na cidade de Bandeira do Sul retomando os trabalhos e cuidando da iluminação da cidade. Recebi diversos telefonemas de pessoas de Bandeira do Sul já um pouco mais animadas, porque é difícil superar o grave acidente do dia 22 de fevereiro. Para recordarmos aqui juntamente com os telespectadores da TV Assembleia, na noite do domingo que antecedeu o Carnaval, um violento distúrbio na rede elétrica sacudiu a cidade, causando a morte de 16 jovens. Desde esse dia, a população passou a viver intranquila, angustiada, até com medo. Uma senhora me disse que a filha dela, só de ver uma fumacinha, ficava apavorada, nervosa, praticamente em pânico.

A Cemig finalmente entendeu a necessidade de reformar a rede. Amanhã, o serviço vai continuar. A energia do bem lá será implantada agora. Televisores, chuveiros elétricos, geladeiras, aquecedores vão funcionar direito. Desta vez, a cidade está tendo atenção especial da Cemig. Isso é muito importante, mas não basta. Estamos vigilantes, queremos saber se tudo será feito corretamente.

Antes de conceder aparte à Deputada Liza Prado, devo dizer que ainda continuamos afirmando que as famílias têm de ser indenizadas. Um acidente daquela proporção não pode ficar sem responsáveis. Continuo afirmando que, além de consertar a rede elétrica, a Cemig também deve indenizar as famílias. Concedo aparte à Deputada Liza Prado.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Quero cumprimentar V. Exa., Deputado Pompílio, e dizer que estamos de parabéns, juntamente com a população da cidade. A luta foi árdua. Para conseguirmos que funcionários cuidassem da rede, tivemos muito trabalho. Incansavelmente, V. Exa. defendeu a população de Bandeira do Sul.

Em audiência pública, tive oportunidade de ver o sofrimento das famílias e perceber a importância da prevenção de acidentes na rede elétrica. Houve avanços, mas não são suficientes. É preciso que realmente sejam evitados acidentes daquela proporção. Ainda existem redes piores no Estado. Tantas vidas foram perdidas em Bandeira do Sul, cidade que está enlutada e atemorizada até hoje!

Deputado Pompílio, temos de continuar firmes. Foi um avanço o que conseguimos. Esta Assembleia escuta o povo e consegue produzir ações concretas. Parabéns! Conte sempre comigo na luta em defesa dos consumidores e dos cidadãos injustiçados.

Quero fazer um alerta: além de cuidarmos da prevenção de acidentes em toda a rede elétrica, temos de evitar a terceirização do serviço de manutenção e preparar melhor os técnicos. Aliás, um funcionário que trabalhava com instalação de "outdoor" sofreu acidente grave e faleceu recentemente. Às vezes, eles não fazem os cursos necessários. As empresas terceirizadas não estão preparadas.

No Rio de Janeiro, bueiros explodiram. Na Comissão de Defesa do Consumidor, solicitei uma lista das redes subterrâneas, os cuidados que a Cemig tem tido com a prevenção e a manutenção delas. Estamos atentos para defender o consumidor. A luta foi grande. Temos orgulho por a Cemig ser uma empresa nossa, apesar de grande parte dos recursos ser de acionistas estrangeiros. Mas a empresa é nosso patrimônio e deve realmente fazer um trabalho em benefício do povo. Parabéns!

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)\* - Parabênizo V. Exa. por abordar esse assunto e pelo trabalho que desenvolve nesta Casa. V. Exa. vem brilhando, com toda a experiência que tem como Prefeito, mostrando ao seu eleitorado o que realmente veio fazer aqui: trabalhar, defender os interesses da população mineira. Portanto, parabênizo-o mais uma vez por seu pronunciamento.

Aproveito a oportunidade para fazer um apelo ao Deputado Rogério Correia e à Bancada do PT. Temos hoje a TV Assembleia, criada por mim há 16 anos. Ela tem de preservar a imagem. Temos de mostrar as nossas ideias, mas ao mostrar aos telespectadores, da tribuna da Assembleia, um contracheque ou qualquer bôton de campanha, somos interpretados pelo Ministério Público como se fizéssemos uso de imagem. Não devemos fazer isso. Várias vezes houve problemas com Deputados, por exemplo, quando subiram à tribuna e exibiram jornais ou algum cartaz. Isso não dá garantia à palavra. Se procedermos assim, enquanto as câmaras estão filmando, em pouco tempo, o nosso canal legislativo, que mostra esta Casa a todo o Estado, estará fora do ar. Se quisermos fechar a TV Assembleia, devemos agir dessa maneira ou, então, subirmos neste Plenário com o número do Deputado. Na época da eleição, meu número era 12.212. Não podemos fazer isso. Faço um apelo ao companheiro Rogério Correia, Líder da bancada de oposição, pois não podemos usar a emissora, que transmite para todo o Estado, com esse objetivo. É um alerta que faço.

Parabênizo V. Exa. pelo pronunciamento. Vamos preservar a nossa emissora, a emissora dos mineiros, a TV Assembleia, que hoje mostra o que ocorre nesta Casa, mas não pode ser usada para divulgar anúncios fixados na tribuna. Obrigado.

O Deputado Carlin Moura (em aparte)\* - Ilustre Deputado Pompílio Canavez, primeiramente, antes de mencionar o assunto de que V. Exa. está tratando, que é muito importante e que diz respeito às obras em Bandeira do Sul, quero fazer um registro. A imagem que



está sendo exposta é de domínio público, uma discussão pública desta Casa: o sistema remuneratório dos professores da rede estadual de ensino. Esta é uma imagem pública e, inclusive, compete a nós, Deputados, discutir esse assunto.

Deputado Pompílio Canavez, o grande tema que esta Casa enfrentará, neste segundo semestre, é justamente a remuneração dos servidores públicos e, nesse contexto, a dos professores. O que o contracheque mostra é que, no sistema remuneratório anterior ao subsídio, o vencimento básico do professor não reflete a observância da lei federal, pois o vencimento básico é de R\$369,00. Contando as outras parcelas da remuneração, o professor terá uma remuneração superior. O Supremo já decidiu que piso nacional dos professores é vencimento básico, e não remuneração. Portanto, este cartaz que está exposto serve para subsidiar esse importante debate nesta Casa.

No entanto, Deputado Pompílio Canavez, meu aparte é para dizer que fico muito feliz com a notícia alvissareira que V. Exa. traz neste primeiro dia de trabalho: o início das obras para substituir a rede elétrica em Bandeira do Sul. Estivemos juntos com V. Exa., a Deputada Liza Prado e o Deputado Carlos Mosconi na audiência pública que a Comissão de Assuntos Municipais realizou nesse Município, tão bem presidida por V. Exa. Fizemos uma audiência pública comovente, num momento em que as famílias ainda estavam abaladas pela tragédia. É bom percebermos, Deputado Pompílio Canavez, que a nossa empresa Cemig, empresa que é patrimônio dos mineiros, empresa pública de Minas Gerais, cumpre sua função social. Ao fazer a substituição da rede elétrica da cidade de Bandeira do Sul, garantirá maior segurança à população e aos moradores e evitará tragédias e acidentes graves como o ocorrido no Carnaval deste ano, que vitimou 16 jovens, que perderam a vida em função de uma falha no sistema de proteção da rede elétrica. Acho que a Cemig cumpre, sim, o seu papel social. Nesse caso, devemos parabenizar a referida empresa, pois está fazendo a obra de troca da rede elétrica. Devemos parabenizá-la, pois é isso que queríamos e cobrávamos, e ficamos muito satisfeitos. Ainda é preciso acompanhar a situação das famílias que perderam seus filhos ainda jovens, ou seja, dar continuidade ao projeto que V. Exa. apresentou, propondo o pagamento de indenização às referidas famílias. Ainda há muito que fazer, mas pelo que está sendo feito a empresa está de parabéns. Parabenizo V. Exa. e a empresa Cemig pela atitude.

Gostaria de dizer à população de Bandeira do Sul que sempre encontrará, no Plenário desta Casa, o respaldo, a solidariedade e a compreensão deste Deputado. O Deputado Pompílio Canavez está de parabéns, pois volta aos trabalhos com notícias tão boas, tão alvissareiras como esta.

O Deputado Pompílio Canavez\* - Obrigado, Deputado Carlin Moura.

Sr. Presidente, no minuto que me resta, quero aqui também render uma homenagem à D. Helena Greco. Quando fui sindicalista, Presidente do Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, na década de 90, um tesoureiro do Banco do Brasil, da agência de Betim, Sr. Sidney Canguçu, foi barbaramente torturado. Na época, foi suspeito de ter cometido roubo, desvio de dinheiro da agência, porém mais tarde sua inocência ficou comprovada. D. Helena e eu, juntos, conseguimos provar a tortura realizada e levar aos tribunais os policiais que agiram daquela maneira. Portanto quero aqui render minhas homenagens à D. Helena Greco. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, fiz um aparte ao Deputado Durval Ângelo para apresentar aqui, mais uma vez, a questão relativa ao sistema educacional em Minas Gerais. Não vou dizer que seja em relação à greve dos professores, porque essa greve já ultrapassou os limites apenas das questões salariais dos professores hoje e passou a ser um problema de Minas como um todo. Embora o Governador do Estado não tenha consciência disso, nós, Deputados e Deputadas, e creio que o povo mineiro, de maneira geral, estamos realmente preocupados como o que vai acontecer com o ano letivo a partir de agora. Os professores mantiveram a greve. Aliás, amanhã haverá, no pátio da Assembleia Legislativa, uma assembleia, em que deliberarão sobre a continuidade da greve. Durante todo o período de recesso, não houve avanços no processo de negociação.

Quero, Deputado Pompílio Canavez, prestar contas sobre os trabalhos da comissão de que participei, junto a outros Deputados desta Casa, do bloco do governo, em busca de uma negociação durante o período de recesso, com a finalidade de se chegar ao mês de agosto com uma notícia boa em relação às negociações, ao pagamento do piso salarial, para que a greve terminasse, os professores voltassem ao trabalho, e os alunos tivessem os dias letivos computados novamente. Ocorre que, na reunião que tivemos, a única, com as Secretárias Renata Vilhena e Ana Lúcia Gazzola, as negociações não caminharam. O governo colocou como condição que a greve fosse interrompida. Não houve acordo com o sindicato, e não existiram mais reuniões de negociação. O fato é que o governo decretou o corte de pagamento, e os professores receberam agora os contracheques sem o recebimento dos dias de paralisação. Isso significa que os professores não têm mais obrigação de repor as aulas, significa que os 210 dias letivos obrigatórios para se fechar o ano letivo também estão condenados, ou seja, pode-se terminar este ano sem que os alunos tenham condições de serem aprovados se não houver reposição dessas aulas. E é evidente que os professores não irão repor as aulas se não receberem pelas aulas que foram cortadas. Então, vivemos um imbróglio no sistema educacional. Já existem problemas na educação, que são sérios. Abro aqui parênteses, para dizer que apenas o Governador Anastasia, o governo Anastasia, não vê esses problemas; continua fazendo propaganda na televisão como se a educação em Minas Gerais fosse a oitava maravilha do mundo. Mas não é: os problemas são muitos e o governo deveria estar preocupado em resolvê-los.

O fato é que os professores receberam o contracheque com desconto. Deputado Carlin Moura, V. Exa. deve ter visto a propaganda do governo na televisão dizer que ele paga o piso aos professores. Foi por isso que fiz este cartaz, que é esclarecedor e demonstra a verdade. Não se trata de promoção pessoal de ninguém. O cartaz apenas demonstra a real situação do professor no Estado de Minas Gerais. (- Exibe cartaz.)

Este cartaz que pode ser visto abaixo na tribuna é exatamente o contracheque de uma professora chamada Alzira. Ela recebe como vencimento básico, ou seja, piso salarial, o valor de R\$369,89. Ela recebeu esse valor neste mês. Então, Deputado José Henrique, pode passar uma borracha na propaganda do governo do Estado que diz que ele paga o piso aos professores, pois a propaganda não condiz com a verdade. Esse contracheque é de agora, e o piso é de R\$369,89. O que vem depois são vantagens pessoais que não estão

incluídas no piso aprovado e regulamentado pelo Supremo. Sobre esse piso não incidem as vantagens, pois ele é o vencimento-base. Assim foi estabelecido pelo Supremo. Portanto, a propaganda que está sendo veiculada não é verdadeira. A verdade é que uma professora de 1ª a 4 séries, que tem o ensino médio como formação, possui o vencimento de R\$369,89. Essa professora tem algumas gratificações, mas a coitada teve os dias cortados, o que fez com que lhe restassem R\$340,00 para passar este mês.

Peço ao Prof. Anastasia que, pelo menos, tenha dó das nossas professoras. Imagine, Deputado José Henrique, com o corte do salário, serão R\$340,00 para essa professora passar o mês. Essa é uma das milhares de professoras que estão em greve.

Trouxe outro contracheque que mostra o salário das professoras que têm formação de nível superior. Neste caso, a professora já possui pós-graduação, e o seu piso salarial é de R\$493,10. Portanto não é verdade que se está pagando um piso superior a R\$1.200,00. Repito: o piso é o vencimento-base, assim estabeleceu o Supremo. Então, Prof. Anastasia, a propaganda veiculada não condiz com a verdade. O piso não está sendo pago aos professores.

Em nome do Bloco Minas sem Censura, marquei uma reunião amanhã no Ministério Público com a Promotora responsável pela educação. Vamos ter uma promotoria em defesa da educação. Finalmente houve uma boa medida. Quero parabenizar o Ministério Público por essa ação. A Promotora nos receberá e vamos levar, em nome do bloco, um pedido para que essa propaganda do governo seja retirada do ar, pelos motivos aqui expostos e pelo contracheque da professora, cuja formação é de nível superior, o qual demonstra o não pagamento do piso. A propaganda não diz a verdade. Ela desinforma a população. A propaganda na televisão tem o sentido de informação, de prestar esclarecimentos à população. Nesse caso, a propaganda está servindo para jogar alunos contra professores dizendo que se paga um piso enquanto os professores estão em greve contra esse piso. Eu precisava dizer isso na TV Assembleia, porque o espaço que temos para falar é muito pequeno. Infelizmente o governo gasta rios de dinheiro com essa propaganda, que não é verdadeira, como já demonstrei. Está tudo aqui para quem quiser ver, inclusive os contracheques. Aliás, são milhares deles. Aproveito para agradecer a Beatriz Cerqueira e toda a direção do Sind-UTE que nos enviou esse contracheque para demonstrar que o governo não está cumprindo o piso.

Amanhã vamos, em nome do bloco, pedir que, em primeiro lugar, o governo retire essa propaganda do ar e, em segundo lugar, que pague o piso. Ora, isso é lei. O Supremo foi claro. Repito: piso é vencimento base. Piso não é para considerar os quinquênios, biênios e gratificações pessoais. Piso é o que se recebe de vencimento base, é o salário inicial de carreira.

Este não pode ser inferior a R\$1.200,00 para uma jornada de, no máximo, 40 horas, embora a jornada possa ser menor - como em Minas, que é de 24 horas. Portanto, o governo não tem cumprido a obrigação de pagar o piso, mas faz uma propaganda em que usa dinheiro público para desinformar, para jogar pais de alunos e alunos contra os professores, como se estes fossem mentirosos e o sindicato fosse irresponsável, como se os professores ganhassem muito bem e estivessem de pirraça política.

Aliás, Deputados Celinho do Sinttrocel e Pompílio Canavez, sindicalistas, ouvimos agora uma coisa que há muito não escutávamos. Em 1979, fiz parte do comando de greve da primeira greve realizada aqui pelos professores e escutava então da ditadura militar que a greve dos professores era política. Já àquela época eu ficava encabulado, pois o que não é um ato político? Pagar mal ou bem ao professor também é uma opção política. Mas a ditadura ressaltava todo o tempo que aquela era uma greve política. Agora, mais de 30 anos depois, ouvimos o governo do Estado dizer, pela televisão, que o Sind-UTE está fazendo uma greve política. Lembrei-me da época do Francelino Pereira e do Gen. Figueiredo, quando acusavam as greves e os movimentos estudantis de serem políticos. É óbvio que são movimentos políticos, Prof. Anastasia, e V. Exa., um democrata, sabe disso. Mas vir agora denunciar que o sindicato está fazendo greve política? Estão fazendo greve pelo piso. É evidente que ela tem conotação política, porque todo ato da nossa vida tem conotação política. Mas o governo não reconhece sequer que não negocia porque, em seu entendimento, a greve tem conotação política.

Ora, ao mesmo tempo o PSDB anunciou por esses dias que vai sindicalizar vários sindicalistas da Força Sindical, como viu o Deputado Celinho do Sinttrocel. E aí? É um ato político, mas o governo do Estado está ajudando nisso - como eu disse outro dia, até liberou para a Força Sindical recursos financeiros de mais de R\$2.000.000,00 para a realização de convênios. Este, sim, é um ato político que deve ser investigado - temos de ver se isso não é para recrutar ou cooptar pessoas. Essa é outra história. Fato é que o PSDB quer ter sindicalizados, mas as pessoas que vão se sindicalizar a ele não estão fazendo o ato político de sindicalização? Se fizerem greve, ela terá de ser desconsiderada por ser uma greve política? É claro que ainda estamos por ver um sindicalista do PSDB fazer greve, mas essa é uma hipótese - a possibilidade existe. E não negociariamos por ser uma greve política? Tenha dó. Isso é tão antigo e arcaico que realmente nos deixa abismados. Mas amanhã vamos ao Ministério Público, e quero convidar os Deputados a nos acompanharem.

Minha intenção hoje, Presidente, é fundamentalmente fazer um apelo ao governo para que negocie: interrompa essa propaganda, negocie com o sindicato e comece a entender o estabelecimento do piso. Está comprovado que os professores não recebem o piso. Perguntei à Secretária Renata Vilhena, quando estive na Assembleia, se ela sabia o número de professores que tinham optado pelo regime antigo. Ela não falou o número exato, mas disse que era expressivo. Hoje se especula que esse número expressivo, que não foi especificado pela Secretária, está em torno de 85 mil trabalhadores da educação. Isso significa que pelo menos 85 mil trabalhadores da educação não recebem o piso, porque optaram pelo regime antigo. Então, o Estado não está pagando o piso. O governo vai ter de reconhecer isso; vai ter de se adequar e pagar o piso. Então, a negociação terá de ocorrer, e não adianta a Secretária querer fazer essa negociação, como tentou fazer na greve passada, com outros atores que não o sindicato, que representa a categoria. É preciso reconhecer o sindicato e negociar com ele. Portanto, o apelo que faço hoje é pela negociação.

Por fim, Presidente, vi outro dia um balanço feito pelo jornal "O Tempo" sobre as obras do PAC em Belo Horizonte. Foi uma notícia benfeita, em que o jornal diz que as obras estão atrasadas. Mas eu não sabia - como não deve saber o Deputado Gustavo Valadares, sempre atento às questões de Belo Horizonte - que algumas dessas obras eram do PAC; para mim, eram da Prefeitura ou do governo do Estado. Foi até bom o jornal ter dito que elas estão atrasadas ao menos para que o povo de Belo Horizonte saiba que são obras do PAC. Nas Avenidas Pedro II e Carlos Luz, está previsto um custo de R\$233.500.000,00. São obras do PAC que estão com 14 meses de atraso. Não sabia que tinha dinheiro do governo federal nessas obras. Segundo os dados deste jornal, na Av. Cristiano

Machado, o custo é de R\$52.600.000,00, e também é obra do PAC. As Av. Antônio Carlos e Pedro I, com um custo de R\$588.200.000,00, estão com 10 meses de atraso e também são obras do PAC. Achava que as obras no Bulevar Arrudas e na Av. Tereza Cristina eram todas do governo do Estado. No entanto, com o custo de R\$221.100.000,00, também são obras do PAC e estão com dois meses de atraso. A expansão da Central de Controle de Trânsito tem o custo de R\$31.600.000,00. Via 210, que liga a Via do Minério à Tereza Cristina, com um custo de R\$106.200.000,00, também é uma obra do PAC. A Área Central de Belo Horizonte tem um custo de R\$57.900.000,00. Achei que os recursos eram só de Belo Horizonte. Percebe-se que o Prefeito não põe uma plaquinha sequer do governo federal. Via 710, que liga as Avenidas Andradas a Cristiano Machado, tem um custo de R\$174.900.000,00. Sendo assim, essas obras devem ter recursos do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte, mas podemos observar que mais de R\$1.000.000.000,00 de recursos são do governo federal também. Confesso que não sabia que essas obras tinham recursos do governo federal. Sr. Presidente, gostaria de fazer essa ressalva para que o povo de Belo Horizonte tomasse conhecimento e pedisse ao Prefeito e ao Governador que estabelecessem as obras que têm parceria, para que soubéssemos ou até mesmo reclamássemos o atraso de tais obras com os responsáveis. Afinal, achei que esses atrasos fossem todos de responsabilidade apenas de Belo Horizonte, mas, pelo visto, também é de responsabilidade do governo federal, como é também o recurso.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\* - Deputado Rogério Correia, só para lhe ajudar, gostaria de dizer que V. Exa. pode ter certeza de que todas as obras em atraso são do governo federal. Já o que está em dia é do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte. Assim, V. Exa. rapidamente poderá saber o que é do governo federal e o que é nosso. Isso tudo está incluído no pacto da mobilidade para a Copa de 2014, compromisso assumido pelo Lula, ainda quando Presidente, e reafirmado pela Presidenta Dilma. V. Exa. nem precisa ler o jornal. Para ficar mais fácil, basta saber o seguinte: tudo que está atrasado é do governo federal. O que está em dia é do governo do Estado e da Prefeitura de Belo Horizonte. Apenas gostaria de facilitar o trabalho de V. Exa.

O Deputado Rogério Correia\* - Brincadeiras a parte, fica aqui estabelecido, Deputado Gustavo Valadares, que são obras do governo federal. Seria bom que o governo do Estado nos dissesse isso. Alguém sabia que o Bulevar Arrudas era obra do governo federal? Pelo visto, ninguém sabia. Todos achavam que era obra do governo do Estado. Na verdade, é obra do governo federal o Bulevar Arrudas. E a obra da trincheira da Av. Antônio Carlos, alguém sabia? Todas as obras podem estar atrasadas, mas é importante frisar que são obras do governo federal. Não consegui ver nenhuma obra que não tenha recursos do governo federal. Isso foi o que pude deduzir depois de verificar as obras que existem em Belo Horizonte. Não conheço nenhuma outra obra além dessas. Portanto, obras atrasadas, governo federal; nenhuma obra, governo do Estado e governo da Prefeitura, embora gostem de colocar lá o carimbo deles. Sr. Presidente, agradeço a sua tolerância. Espero que V. Exa. também possa nos ajudar a reabrir essa negociação entre professores, sindicato e governo, para que os nossos alunos não percam o ano letivo.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, também queremos, nesse retorno ao trabalho parlamentar, no segundo semestre, a compreensão e a dimensão de que a principal tarefa e esforço a que esta Casa deve se ater é ao que diz respeito às campanhas salariais dos servidores públicos e, de forma muito especial, essa tendência relativa ao piso salarial dos professores, que o nosso Líder Rogério Correia mencionou muito bem nesta tribuna. Como o tempo que me foi concedido é curto, não vai dar para adentrar muito nesse tema, mas em outras oportunidades o faremos. Sr. Presidente, é muito interessante que, neste dia 2 de agosto, com o retorno ao trabalho, estejamos acompanhando de forma muito apreensiva o noticiário internacional sobre a dívida pública americana. Trata-se de um grande problema que os Estados Unidos da América estão enfrentando do ponto de vista de equacionar sua dívida pública, que alcançou um patamar de R\$14.000.000.000,00. Os Estados Unidos têm uma relação dívida-PIB de 100%.

O que isso significa? Significa que os Estados Unidos devem tudo o que produzem em seu território. Então, hoje, em virtude do acordo celebrado pelo Congresso americano entre democratas e republicanos, apresentaram um paliativo para a dívida pública americana, que não é a solução. Estão empurrando o problema com a barriga e de uma forma muito preocupante. Pretendem aumentar o nível de endividamento dos Estados Unidos. Em contrapartida, o que propõem? Propõem cortes nos investimentos públicos, nos investimentos sociais, na folha salarial dos servidores públicos. O que precisa mesmo ser cortado - a máquina de guerra estadunidense - ninguém tem coragem de mexer, e os investimentos nela são preservados. O acordo também não previu o aumento da tributação dos mais ricos, dos mais poderosos. Isso vai dando exemplo para nós. Os Estados Unidos sempre foram referência de economia, mas hoje ocorre justamente o contrário: transformaram-se em país endividado, em um buraco negro com a sua economia.

Por que estou falando sobre o problema dos Estados Unidos? Porque fiquei satisfeito hoje, Sr. Presidente, ao abrir o grande jornal dos mineiros, o "Estado de Minas". Pensei que a manchete de capa fosse sobre a dívida dos Estados Unidos. Confesso que fiquei satisfeito pela brilhante reportagem que o "Estado de Minas" fez sobre a dívida pública do Estado de Minas Gerais. Esse é um tema sobre o qual não temos dimensão. A reportagem do jornal veio com o título "Dívida com a União acende sinal vermelho nas contas do governo de Minas". Esse não é um problema, Sr. Presidente, do Governador nem do PSDB, é de todos nós, mineiros. Essa é a grande preocupação. O jornal faz um apanhado muito interessante, didático, pedagógico, demonstrando que a dívida pública mineira atingiu o patamar de R\$57.000.000,00 e como ela foi negociada. Em 1998 negociamos a nossa dívida, por um prazo de 30 anos, com as condições macroeconômicas da época, período de inflação alta, das taxas de juros elevadíssimas. A nossa dívida foi negociada com patamares exorbitantes. E hoje insistem em manter esse patamar. Ao fazer essa reportagem, o "Estado de Minas" mostra que precisamos rediscutir a dívida pública de Minas Gerais. Esse não é um problema apenas do Estado de Minas, é dos Estados brasileiros. Então, por iniciativa do ilustre Deputado Adelmo Carneiro Leão e diversos outros Deputados desta Casa, entre eles eu, formaremos uma frente parlamentar a favor da renegociação da dívida pública mineira. Essa frente parlamentar será lançada em 16 de agosto, às 10 horas da manhã, no Salão Nobre da Assembleia Legislativa, onde teremos oportunidade de ouvir especialistas falarem sobre o tema, para compreendermos essa questão. Gastamos quase R\$4.000.000,00 com os serviços da dívida pública mineira, e é óbvio que faltará dinheiro para investir no professor, para pagar os seus salários, para agilizar as obras do Processo e do Caminhos de Minas. Então, essa é uma questão de interesse público, de interesse do Estado.



O “Estado de Minas” diz: “Ao persistir o atual indexador da dívida dos Estados com a União, a partir de 2028” - quando vencerão os 30 anos - “Minas Gerais terá de comprometer algo próximo a 40% de sua receita líquida real para cumprir o contrato e quitar o resíduo de seu débito até 2038”. Ainda assim, ficará com um débito que o Estado levará mais 10 anos para pagar, estendendo esse sofrimento até 2038. “A alta carga de serviço da dívida, que, entre 1998, quando foi negociada, e dezembro de 2010, acumula encargos de 684%, faz com que o saldo devedor original de R\$14.800.000.000,00 tenha alcançado em junho de 2011 a cifra de R\$57.014.000.000,00, apesar de, no período, o Estado já ter pago cerca de R\$19.000.000.000,00”. O jornal segue dizendo que o problema não é exclusivo de Minas e mobiliza Secretários de Fazenda de todos os Estados, que precisam lidar com as projeções da explosão do saldo dos déficits até o final dos 30 anos dessa negociação. Então, é um problema de Minas e também dos Municípios que têm endividamento com o governo federal.

Precisamos, sim, cobrar da equipe econômica, do Presidente do Banco Central, do Ministro Guido Mantega; precisamos reestabelecer, repactuar os critérios da dívida pública. É um compromisso de todos nós cobrar, porque o setor financeiro não pode prevalecer sobre o setor produtivo. O pagamento da dívida pública não pode comprometer a qualidade da prestação de serviço do poder público, seja de Minas, seja do Estado de São Paulo, que hoje vive uma situação muito mais grave - após os processos de privatização do sistema financeiro, São Paulo herdou o sistema financeiro privatizado e terá um problema muito maior, que estourará no colo dele. Então, é um problema gravíssimo. Digo isso aqui porque não podemos esperar que ocorra com Minas, com o Brasil ou com nossos Municípios o que está ocorrendo com os Estados Unidos da América. O tempo é muito curto e não poderei aprofundar o debate. Infelizmente, também não poderei conceder aparte ao ilustre Deputado João Vítor Xavier, em função de ter-se esgotado o meu tempo. Mas retomarei a tribuna, em outra oportunidade, porque quero... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - Concedo 1 minuto a V. Exa.

O Deputado Carlin Moura\* - Perfeitamente. Então, com muito prazer, concedo aparte ao ilustre Deputado João Vítor Xavier.

O Deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* - Obrigado, Presidente, pela generosidade. Utilizarei esse minuto apenas para dizer, Deputado Carlin Moura, que é fácil resolver o problema da dívida no Brasil. É só o governo federal ter a mesma benevolência com os Estados como está tendo com a Venezuela, Equador e Bolívia - ele está emprestando dinheiro para esses países -, ou a mesma benevolência que está tendo com as empresas privadas. Outro dia o governo federal queria bancar uma megafusão entre o Carrefour e o Pão de Açúcar. Se o governo federal tem dinheiro para fazer graça com a Bolívia, Equador e Venezuela, por que não pode flexibilizar a dívida dos Estados? Por um motivo muito simples, Deputado Carlin Moura: porque o governo federal quer que Estados e Municípios estejam de cócoras, com o pires na mão, para viver em mendicância com o governo federal. Essa é a grande questão: o governo federal quer que os Estados, até mesmo Minas Gerais, e os Municípios estejam com o pires na mão, porque aí fica mais fácil fazer a suspensão, como fez o Presidente Lula. Se houver benevolência do governo federal com os Estados como está havendo como a iniciativa privada, com grandes supermercados e com os vizinhos, resolve-se o problema da dívida.

O Deputado Carlin Moura\* - Muito obrigado, ilustre Deputado João Vítor Xavier. Aconselho que V. Exa. até apresente esses brilhantes conhecimentos de economia ao Banco Central americano, ao Barack Obama. Se resolver o problema de dívida fosse tão simples assim... De qualquer forma, respeitamos muito. Acho que a questão é muito mais complexa, envolve política macroeconômica, interesses de Estado e um modelo de desenvolvimento que foi até criado pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso em 1998, que precisamos reverter. O que queremos aqui é juntar todo o mundo. Precisamos realmente renegociar a dívida de Minas, precisamos criar patamares, indicadores mais consequentes. Acho que o problema não é a solidariedade do Brasil com outros países porque, se fosse assim, Deputado João Vítor Xavier, os Estados Unidos da América não teriam problemas de dívida. Sabe por quê? Os Estados Unidos da América não ajudam outros países; muito pelo contrário, eles jogam bomba, invadem, bloqueiam... (- É interrompido.)

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, o seu tempo está vencido.

O Deputado Carlin Moura\* - Concluindo: quem sabe o conselho de V. Exa. possa ser dado ao Banco Central americano. De repente, V. Exa. ajuda o Barack Obama a resolver a dívida dos Estados Unidos da América. Muito obrigado pelo aparte de V. Exa.

\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 8/8/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Maria Tereza Lara

exonerando César Bahia do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;

nomeando César Bahia para o cargo de Assistente de Gabinete II, padrão VL-41, 8 horas;

nomeando Niarta Michele da Silva Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 8/8/11, Anderson Netto Vieira do cargo de Analista Legislativo – na especialidade de Jornalista, padrão VL-52, classe I, código AL-AN, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.



## ATOS DO SR. PRESIDENTE

Na data de 8/8/11, o Sr. Presidente, nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/04, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/93, 5.198, de 2/5/01, e 5.295, de 15/12/06, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/01, 2.491, de 9/8/10 e 2.515, de 11/7/11, assinou os seguintes atos:

dispensando Guilherme Wagner Ribeiro da Função Gratificada de Nível Superior - FGS do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Escola do Legislativo;

designando Vera Lúcia Fátima de Castro Assis para a Função Gratificada de Nível Superior - FGS, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Escola do Legislativo.

## AVISO DE LICITAÇÃO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2011

#### NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 069/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 23/8/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de 90 iPad 2, 6 computadores Apple e 2 “scanners” de mão.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” [www.compras.mg.gov.br](http://www.compras.mg.gov.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 8 de agosto de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

## TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Gesmaq Comércio e Serviços Ltda. Objeto: manutenções preventiva e corretiva em equipamentos gráficos. Objeto deste aditamento: 4ª prorrogação, por período de 12 meses, com reajuste do preço. Vigência: 31/10/2011 a 30/10/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



## ERRATA

### ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 4/8/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 6/8/2011, na pág. 81, col. 4, sob o título “OFÍCIOS”, no resumo do ofício do Sr. Renato Nogueira de Almeida, acrescente-se, ao final, a seguinte expressão:

“em atenção ao Requerimento nº 906/2011, da Comissão de Meio Ambiente”.